

Adélia
Em 26/8/66



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

ATA DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

PRESIDÊNCIA DO EXMO. SR. MINISTRO GODOY ILHA

SECRETÁRIO: BACHAREL JORCY DE SIQUEIRA DREUX

EM 24 DE AGOSTO DE 1966

air

Às dezessete horas, no Salão Nobre dêste Tribunal, presentes os Exmos. Snrs. Ministros Godoy Ilha, Presidente, Oscar Saraiva, Vice Presidente, Antônio Neder, Corregedor, Márcio Ribeiro e Moreira Rabello, foi aberta a sessão.

O Exmo. Sr. Ministro Presidente declarou instalado o Conselho e empossados os Exmos. Srs. Ministros eleitos na Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno, de 21/6/66.

O Exmo. Sr. Ministro Presidente submeteu à apreciação do Conselho as seguintes matérias: a) elaboração do Regimento Interno da Secretaria do Conselho; b) criação de mais quatro varas, sendo duas na Sessão Judiciária do Estado da Guanabara e duas em São Paulo; c) abertura de crédito para pagamento do pessoal do Quadro da Secretaria do Conselho, a ser organizado.

Discutidas as matérias propostas, foram unanimemente aprovadas.

Para a elaboração do Regimento Interno, o Exmo. Sr. Ministro Presidente designou a comissão constituída dos Exmos. Srs. Ministros Márcio Ribeiro, Antônio Neder e Moreira Rabello, e, unanimemente, foi decidido que a elaboração do anteprojeto do Regimento de Custas, ficaria para ser cuidada posteriormente à do Regimento Interno.

Por proposta do Exmo. Sr. Ministro Oscar Saraiva, aprovada por unanimidade, foi conferida ao Exmo. Sr. Ministro Antônio Neder a incumbência de estudar e propôr as sugestões que S. Ex^{ta}. julgar necessárias para suprir omissões da Lei nº 5.010.

O Exmo. Sr. Ministro Presidente submeteu ao conhecimento do Conselho o pedido formulado por Paulino Manfrinato para o



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS

-2-

seu aproveitamento no cargo de Chefe de Secretaria da Seção / Judiciária do Estado do Paraná, ficando decidido que ao signatário do pedido, oportunamente, seria comunicado o despacho do Exmo. Sr. Ministro Presidente.

Apresentado ao Exmo. Sr. Ministro Presidente o processo referente ao pedido de correição parcial originário da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, foi o mesmo distribuído ao Exmo. Sr. Ministro Antônio Neder.

O Exmo. Sr. Ministro Presidente, com a aprovação unânime do Conselho, determinou à Secretaria fôsse expedidas ao Exmo. Sr. Presidente da República e ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça comunicações, da instalação e início dos trabalhos do Conselho.

Nada mais havendo a tratar, o Exmo. Sr. Ministro Presidente deu por encerrada a Sessão da qual, eu, Tomaz de Aquino Arns Secretário, lavrei a presente Ata, por mim subscrita e assinada pelo Presidente.

Tomaz de Aquino Arns

Publicado no Diário da Justiça
em 30 de agosto de 1966
J. Marcondes

República da
Publicado no Diário da Justiça
em 14 de outubro de 1966
J. Marcondes